

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e sete de Junho de dois mil e oito.

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António Simões Saraiva.

Aberta a sessão, o Sr. Carlos Rocha informou que, na sequência do pedido apresentado pela Sra. Eng^a Dulce Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro para a suspensão do seu mandato pelo período de dez dias, com efeitos a partir do dia vinte e cinco do corrente mês, foi convocado o Sr. Eng.º António Pedro de Oliveira Ribeiro Campos para estar presente nesta sessão, na qualidade de candidato imediatamente a seguir na lista do Partido Socialista concorrente a este órgão.

Seguidamente, procedeu-se à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes a Sra. Dra. Regina Manuela Passinho Ferrão, o Sr. António José da Fonseca Mendes Dinis e o Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Também se encontravam ausentes a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre e o Sr. Alberto Carlos Cadima Santos, que não remeteram justificações relativas às suas ausências.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Américo Franco Alves, e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão extraordinária de vinte e oito de Março do corrente ano, tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções. Depois, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de trinta de Abril último, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de Setembro, na sua actual redacção, de um cidadão eleitor para fazer parte da composição da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital (substituição da Sra. Dra. Maria Adelaide Nunes da Silva Freixinho pela Sra. Dra. Maria José Costa e Silva Falcão de Brito).

III – Alteração da designação do projecto “02 002 2008/5012” do Plano Plurianual de Investimentos 2008/2011.

IV – Apresentação do Plano Operacional Municipal e do Plano Operacional Intermunicipal (Defesa da Floresta Contra Incêndios).

Seguidamente, entrou-se no período de Antes da Ordem do Dia, tendo tomado a palavra o Sr. Carlos Mendes para fazer a seguinte intervenção:

“Trazem-me aqui três ou quatro assuntos que eu gostaria de colocar. No fundo, são algumas perguntas à Câmara.

Primeiro: Feira Municipal. A Feira Municipal já está pronta há três ou quatro meses. Falou-se que era para ser inaugurada em Abril. Depois, por qualquer razão que já não me lembro porque não estive cá em Março, deram uma desculpa para já não ser em Abril. Foi utilizada pelo Clube Seita e muito bem. Acho que aquele espaço que ali está e o que foi utilizado para o *padock*, estava muito bom. É pena é que nós tenhamos espaços óptimos para fazer algumas das organizações que se fazem nesta

terra e mandemos, como foi o caso, em tempo de chuva, a semana dos estudantes para o Parque dos Marmelos. Acho que, se investiram quase um milhão de euros na Feira, se cederam ao Clube Seita para fazer o que fez – e bem –, se o fez também com a ADITO, podia também ter cedido aos estudantes, pelo menos para isso, para não ter aquele espaço que estava lá em baixo. Eu, por acaso, passei por lá perto e aquele espaço, naquela semana de chuva, era horrível. Portanto, estarem a tratar os estudantes dessa maneira, com espaços... Eu já não falo sequer no Parque do Mandanelho, onde se gastaram quinhentos mil contos, para não partirem isto ou não estragarem a relva ou não estragarem, como uma vez já aqui foi dito pela Câmara. Portanto, penso que aquele espaço já devia estar a servir.

A segunda pergunta em relação à Feira Municipal é: o que é que se passa? Será que há problemas com os comerciantes? Será que não existe – e por acaso não passou aqui nesta Assembleia – algum regulamento sobre a Feira? Não teria que passar aqui um regulamento para se poder fazer com que os espaços dos comerciantes já tivessem sido distribuídos? Como fazer, inclusive, essa distribuição? Será uma distribuição *had-hoc* ou será uma distribuição à sorte: bola branca, bola preta? Penso que esta situação, a não utilização da Feira Municipal, a não inauguração da Feira Municipal, deva ser por esta razão, espero eu.

O segundo ponto tem a ver com as obras na cidade de Oliveira do Hospital. O primeiro ponto tem a ver com a fibra óptica. Pelo menos, foi o que me chegou aos ouvidos, que haveria um problema com uma fibra óptica que passa aqui, na zona do Largo Ribeiro do Amaral e que não foi bem acautelada a situação. Se calhar, quando fizeram o projecto, esqueceram-se que existia fibra óptica aqui e será por essa razão que as obras estarão atrasadas. Espero que seja por esta razão. Espero que, tecnicamente, haja alguma maneira de resolver este problema da fibra óptica, com *bypass* ou sem *bypass*. Penso que nós não podemos é continuar com esta situação. Porque as obras começaram, foram para o lado de lá, já estão duas ou três ruas com as valas feitas.

E eu volto aqui a falar de uma coisa que já falei quando foi no resto da cidade: é que, Sr. Presidente, voltámos a não meter qualquer tipo de canalização para o gás. Quer dizer que, se houver gás daqui a três ou quatro anos, teremos que voltar a fazer outra vez, a estragar dinheiro, a fazer levantamentos de todo o circuito destas ruas, para podermos meter o gás. Acho que é uma coisa que vai acontecer. Mais cedo ou mais tarde nós vamos ter gás. Portanto, acho que nos devíamos acautelar. Devíamos fazer isto com tempo e, aproveitando aquilo que se está a fazer – que é mexer, que é fazer os buracos – devia meter-se o gás.

Em relação ainda a isto, ouvi dizer também que houve uma falta de uns tubos que penso que serão para passagem da electricidade ou da parte de telecomunicações e que as valas teriam que ser novamente abertas nos sítios onde já estão tapadas, valas que já foram abertas e tapadas. Gostaria de saber se isto tem algum fundo de verdade ou não. Isto porque vamos ouvindo as coisas e penso que aqui é o sítio certo para se fazerem perguntas e se tirarem as dúvidas e sabermos o que, efectivamente, se passa.

O último ponto... Lembro-me, na altura, do projecto aqui do Largo Ribeiro do Amaral, que fiz uma pergunta acerca das árvores e, agora, queria deixar aqui uma posição que, na altura, talvez não tenha sido bem marcada, bem marcante. Eu gostaria de saber quais são as árvores... Eu acho que nós temos todo o direito de defender o nosso património e há ali árvores que pertencem ao património do concelho, da cidade, da vila... Portanto, penso que devemos ter algum cuidado. E eu gostaria de saber, antes que aconteça qualquer coisa, quais serão as árvores que serão abatidas. Porque, efectivamente, se algumas das árvores que ali estão forem para abate, meus queridos amigos, estamos a ser uns assassinos, a deixar assassinar aquilo que todos nós defendemos e que são as árvores. E árvores daquelas são património deste concelho. Portanto, acho que, se houver alguma posição em abater essas árvores, nós – Assembleia Municipal – deveremos ter posição sobre isso. Não quero, neste momento, deixar aqui nenhuma recomendação, nenhum voto, que possa, de qualquer das maneiras, atrasar ainda

mais as obras. O que eu quero é saber quais são as árvores que vão ser abatidas. E, depois de saber quais são as árvores que vão ser abatidas, acho que nós, pessoas de bem que somos todos, não deveremos de maneira nenhuma de deixar que esse património seja expurgado. Acho que temos um jardim novo, temos um poço, temos um silo, temos uma estrada nova, temos mais lugares de estacionamento. Agora, o que eu não queria ter, de maneira nenhuma, era menos árvores, para não acontecer o que aconteceu no Mandanelho. Se bem se recordam, abateram-se árvores para plantar novas árvores e, infelizmente, abateram-se árvores – e as árvores abateram-se de pé – e as outras nem sequer cresceram. E, se calhar, não foi por causa dos miúdos, ou dos graúdos, ou dos estudantes, que aquelas árvores não cresceram.

Portanto, já temos o exemplo do Mandanelho, em que se fez a limpeza em termos de árvores e que deu no que deu. Espero que tenham o cuidado suficiente para fazer... E eu, a única coisa que, por um lado, exigia... E, como não posso falar a seguir ao Sr. Presidente da Câmara, não sei o que é que ele vai dizer sobre isto... Porque, de outra maneira, o melhor seria por uma moção anti abate de árvores, uma moção qualquer, juntarmo-nos todos à volta das árvores e não as deixarmos cortar, amarrarmo-nos às árvores, fazer qualquer coisa desse tipo... Acho que as árvores não podem ser abatidas. Abater, há muita coisa que se abata. Agora, as árvores, por favor, não.”

Seguidamente, a Mesa deu a palavra ao Sr. Prof. Francisco Borges Garcia, que fez a seguinte declaração:

“A minha qualidade de munícipe e de eleito autárquico no nosso concelho e a responsabilidade que esta situação naturalmente comete, obrigam-me a reatar a intervenção que fiz na última Assembleia Municipal e na qual afirmei que, após o assumir da candidatura à Câmara Municipal por parte do Presidente da Comissão Política Concelhia do PPD/PSD, seria o actual Presidente da Câmara a anunciar a sua própria candidatura, abrindo-se assim uma nova guerra interna com enorme e negativa incidência na estabilidade política que deveria envolver a gestão do concelho.

A reacção do Presidente da Câmara, no desrespeito por aquelas que são as decisões democráticas na vida dum partido, vem agudizar o ambiente já de si lamentável que existe e que é público, entre o Executivo em permanência e a estrutura concelhia do PPD/PSD.

As consequências são notórias, queixando-se o PPD/PSD ao mais alto nível concelhio, que a oposição é feita pelo próprio partido.

Está deste modo aberta mais uma brecha no que se prevê ser um final de mandato turbulento do Executivo em permanência, em que se torna evidente a apetência do actual Presidente da Câmara para criar e perpetuar conflitos e, como corolário, afirmar que tudo isto lhe dá “gozo”, exibindo assim uma prática que a política em si mesma repudia.”

Interveio, depois, o Sr. Engº Carlos Maia:

“Eu também tenho aqui dois ou três pontos para pôr à consideração do Sr. Presidente.

E, mais uma vez, “volto à carga” com uma questão chamada... É um tema. Este tema, o Sr. vai ter que me ouvir enquanto aí estiver e eu estiver deste lado. O Sr. vai ter que me ouvir sempre falar nisto. Posso ser chato, o Sr. pode responder, pode responder com evasivas, pode responsabilizar outros, mas eu vou continuar a responsabilizá-lo por isto. E o tema é o desenvolvimento. Continuamos com o tema do desenvolvimento, Sr. Presidente. O desenvolvimento, para mim, são várias coisas. O Sr. entende de uma maneira e eu entendo de outra. Temos entendimentos diferentes, efectivamente, nesta matéria. O Sr. entende que desenvolvimento é alcatroar estradas, é fazer jardins, é fazer rotundas, é fazer fontes bonitas, gastar centenas de milhares de contos nessas obras e, para si, isto é o seu desenvolvimento, Sr. Presidente. Só que, para mim, não é. E eu continuo a referir aqui que, efectivamente, o Sr. está a falhar. Mas está a falhar muito, há muito tempo. Porque continuamos a assistir, todos nós... E os Srs., meus amigos, temos que olhar todos olhos nos olhos. Todos nós sabemos o que se está a passar à nossa volta, se lerem a comunicação social. Todos nós sabemos, os

do PS, os do PSD, seja quem fôr. São anunciados, continuam a ser anunciados, continuam a vir empresas para os concelhos limítrofes, a criar centenas de postos de trabalho, e Oliveira do Hospital continua a definhar. Continua a definhar, pura e simplesmente.

Eu pergunto: o Sr. Presidente da Câmara está a cumprir as suas funções em pleno? Não está! Porque alcatroar é fácil. É só pôr a concurso e alcatroa-se. Fazer uma rotunda é muito fácil, quando se gastam centenas de milhares de contos nisso. E há arquitectos muito bem pagos.

Agora, criar postos de trabalho é muito difícil, dá muito trabalho. Há-de ser custoso, seguramente que há-se ser custoso. E os outros, concerteza – eu admito que sim – não são, penso eu, se calhar mais inteligentes que o Sr. Agora, terão, com certeza, um olhar e uma vista de olhos sobre os seus concelhos que o Sr. não tem em Oliveira do Hospital. Isso é que nós estamos a assistir há anos neste concelho. E estamos a assistir às empresas a fecharem e a definharem em Oliveira do Hospital e nada de novo vem para Oliveira do Hospital para criar riqueza e para criar postos de trabalho. O Sr. vai ser e vai continuar a ser responsabilizado por isto. Pode ter a certeza. Não me venha dizer – que essa já não pega – que a culpa é do Governo, seja ele qual fôr, seja da côr A ou da côr B. Porque isso é da sua responsabilidade, é do seu trabalho que tem que sair. Ir buscá-los, os empresários que andam por aí. E o Sr. não é capaz de o fazer. O Sr. é incapaz de fazer uma coisa dessas. Porque, até agora, durante os anos que está à frente deste Município, ou na qualidade de vereador ou na qualidade de Presidente, nunca foi capaz de o fazer. É incapaz de o fazer. Isto tem que ser dito bem alto, para o concelho saber, para as pessoas que estão aí no desemprego saberem que o Sr. não quer saber dessa gente para nada. O Sr. quer é ter votos fáceis com obras de última hora, que pretendem “encher o olho” dos oliveirenses. Mas eu penso que os oliveirenses vão começar, ou já estão a começar, de abrir os olhos, daquilo que se passa neste concelho.

Por outro lado, queria saber, porque ainda muito recentemente me chegou aos ouvidos – e o Sr. vai ter que me responder por isso também – que há pequenas ou micro empresas deste concelho que se quiseram instalar no Pólo Industrial da Cordinha, em Seixo da Beira. E esta Câmara, pura e simplesmente, negou a essa gente, a esses pequenos empresários, essa possibilidade, obrigando-os, nomeadamente e particularmente num caso, a virem instalar-se, pagando muito mais dinheiro, em Oliveira do Hospital, pondo, eventualmente, em risco – o futuro o dirá – a própria actividade desse pequeno empresário. O Sr. vai ter que responder por isso também, porque é que não os deixou instalar no Pólo Industrial da Cordinha.

Outra coisa que eu lamento, e que eu penso que já começa a dar demais nas vistas, é a sua ausência consecutiva – como sendo a entidade que representa o concelho – em reuniões de alto nível com membros do Governo na nossa região. O Sr. simplesmente – desculpem o termo – se marimbar e, pura e simplesmente, não estar presente em reuniões desse teor de importância. Manda o seu Vice-Presidente. E, daqui, só podemos tirar uma conclusão: que, efectivamente, o Sr. já se está a demitir do concelho de Oliveira do Hospital. O Sr. está demitido. O Sr. não está a representar o concelho em reuniões desse tipo, que são reuniões de alto nível. Lamenta-se. Lamenta-se que isto aconteça, quando há assuntos de extrema importância que o Sr. anda aqui a falar nesta Assembleia há anos e o Sr., pura e simplesmente, quando é para ir a reuniões que dizem respeito a esses temas, o Sr. ignora-as. Portanto, o Sr. está demitido de Oliveira do Hospital e do concelho. Está demitido, Sr. Presidente. E os oliveirenses, seguramente que estão bem atentos a isto também. Estão bem atentos.

Já agora, para terminar, quero dizer-lhe, Sr. Presidente que um bom oliveirense o Sr. não é. Um bom oliveirense o Sr. não é. Nunca, seguramente, faltava – só mesmo por um motivo de muita força maior – a reuniões desse teor. Portanto, o Sr. não é um verdadeiro oliveirense.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Atendendo à dimensão da Ordem de Trabalhos de hoje, eu queria voltar ao Plano de Desenvolvimento do Município de Oliveira do Hospital. Este Plano de Desenvolvimento, a meu ver, é um óptimo instrumento de diagnóstico da situação do concelho e é, também, um bom instrumento de prognóstico quanto ao futuro. Acho que formaliza uma série de apostas que deveriam ser prioritárias no período de previsão 2007-2013. É o próprio documento que o diz. O documento é imprescindível, a meu ver. Existe. A Câmara pagou-o. Eventualmente, não deve ter sido muito barato, pela qualidade dele. Para mim, é o melhor enquadramento sistemático que eu já vi em relação ao concelho.

Lembrar aqui algumas coisas que lá se referem porque não estive cá em Março, na Assembleia em que foi apresentado, e só agora é que o tenho vindo a ler. Desde já, a questão da valorização da cidade: eu direi que, em função do que lá se diz, é precisa uma redefinição, uma valorização da cidade, mas uma redefinição ou uma valorização que não é só alindar as ruas ou praças. Mas não se vê tal redefinição, desde já, por parte do Executivo. Um outro ponto forte que se refere é a cooperação entre agentes de desenvolvimento, fomento, inovação, competitividade e empreendedorismo. A autarquia pode, deve, patrocinar a criação de uma associação comercial e industrial em Oliveira do Hospital. Há câmaras que o têm feito. As associações comerciais são agentes capazes de dinamizar os recursos humanos, prestar apoio às empresas. E isso falta em Oliveira do Hospital.

Uma outra linha diz que é preciso valorizar o potencial económico. A Câmara pode promover seminários, por exemplo entre a Escola Superior, o CITEV e o IAPMEI. Deve dar promoção e apoio à inovação. Deve potenciar as diferenciações positivas. A Câmara não se deve alhear destes pormenores que, para o concelho, não são pormenores, são coisas muito importantes.

Quanto à valorização dos sectores tradicionais, o Executivo pode promover uma pedagogia junto dos operadores de produção local: como se pode tirar uma licença, como podem certificar os produtos – eventualmente com o apoio da ANCOSE –, como se podem agregar para poderem distribuir os seus produtos, em vez de nos queixarmos aqui – como já vimos aqui ultimamente – das entidades fiscalizadoras.

Já disse isto e volto a repisar: que acho que é um instrumento fantástico e foi, pura e simplesmente, posto para trás. Fez-se aqui a apresentação dele e não se vê nada. Pode-me dizer que ainda é cedo. Vamos ver...

Outra referência que lá se faz e que é quanto à linha de coesão territorial, é preciso procurar o equilíbrio entre o urbano e o rural, é preciso definir a vocação do Vale do Alva – não se viu nada ainda –, é preciso fazer uma inventariação do património histórico. Eu diria que estou a sintetizar muito sinteticamente aquilo que se diz no instrumento mas são tudo coisas que temos vindo aqui a falar nos últimos tempos.

Quanto a problemas ou a pontos menos fortes do concelho: as acessibilidades. Quanto às acessibilidades, por coincidência ou não, nós tivemos este problema relativamente resolvido muito recentemente e temos que nos congratular com o lançamento de toda a concessão do Pinhal Interior, presidida pelo Sr. Primeiro-Ministro em Coimbra e que foi considerada a maior revolução rodoviária desde a monarquia.

É preciso lembrar que, em dois mil e cinco, Coimbra era o segundo mais baixo distrito com cobertura rodoviária e a mesma coisa em relação ao Plano Rodoviário. Hoje temos a Estrada Nacional 342, que estará concluída em 2012, tendo-se procedido à abertura de concurso público internacional para a sua beneficiação. Temos o IC 3: ligação em auto-estrada entre Coimbra e Tomar. Sobre estas ligações, não se diga que são virtuais porque o Dr. Pereira Alves, penso eu, não é uma pessoa que se deixa iludir. São vias importantes porque ligarão Lousã, Góis, Arganil e Coimbra a Tomar. Foi o Dr. Pereira Alves que acrescentou. Por insistência de Tábua e Arganil terão acesso directo ao IC 7. Acho que é uma vitória do concelho de Arganil. São, de facto, obras relevantes, altamente relevantes. Disse-o o Sr. Presidente da Câmara de Arganil. Temos o IC 6: a adjudicação da execução, como sabem, está

feita. São vinte quilómetros, a começar já em Julho. Quanto ao restante IC 6, IC 7 e IC 37, ou seja, toda a zona envolvente à Serra da Estrela, foi adjudicado o estudo prévio, com começo de execução no próximo ano.

Podíamos continuar mas eu refiro aqui só mais duas: a Estrada Nacional 337, que já está em execução, que também nos vai dar muito jeito, pois é uma variante a Tábua, uma nova estrada do Rio Mondego à Catraia dos Seixos Alvos e Poço do Gato, que, para quem vai para o norte, vai servir muito bem.

Mas temos o novo IP 3 ou IC 12, que é a auto-estrada entre a Mealhada e Viseu, que vai descongestionar o actual IP 3. Portanto, eu diria que está quebrado o isolamento. A região não foi esquecida, como muitas vezes se disse aqui, e acabou a discussão de quem era a culpa do distrito de Coimbra ser o segundo mais atrasado em termos de cobertura. E é também a prova que os políticos não são todos iguais.

Não preciso de lembrar aqui uma promessa feita em dois mil e três pelo então Primeiro-Ministro ao Sr. Presidente da Câmara e que não foi cumprida. O Sr. Presidente da Câmara não tem culpa. A promessa foi do Sr. Primeiro-Ministro e não do Sr. Presidente da Câmara. Isto prova também que o Sr. Secretário das Obras Públicas, Dr. Paulo Campos, merece todos os encómios que lhe possamos fazer, embora isto possa fazer algumas pessoas reagir porque, para algumas pessoas, os homens não são todos iguais. Há alguns que são mais iguais do que outros, sobretudo se forem da mesma côr. Eu já dei aqui provas, em determinadas circunstâncias, que adopto facilmente opiniões da oposição, desde que elas sejam correctas.

Alguns diziam que eram estradas virtuais, agora dizem que seria melhor o comboio. Eu penso que é um oportunismo, desacredita alguns políticos, mas não vamos perder muito tempo com isso... Agora, falta que, do outro lado, nos venham dizer que devemos abdicar destas acessibilidades em favor de políticas sociais, como referiu a oposição no último congresso. Só que, eu não a ouvi defender qualquer política social entre mil novecentos e oitenta e cinco e mil novecentos e noventa e cinco, quando se deu a maior explosão do betão e do alcatrão em Portugal, como se lembram, com o Prof. Cavaco Silva. Agora é que ela se lembra das questões sociais.

Só mais uma reflexão ou duas quanto ao Plano de Desenvolvimento de Oliveira do Hospital: sugere a criação do barómetro “Monitorização do Desenvolvimento Local” e eu diria que é imprescindível que o Executivo promova a criação deste instrumento de gestão. Acabavam muitas das discussões que temos aqui, acabavam muitas das críticas da oposição ao Executivo e as reacções do Executivo, e acabavam também muitas maledicências. Saberíamos objectivamente como se está, saberíamos o índice de satisfação dos municípios e saberíamos a evolução do índice de satisfação. Como hoje se sabe, a percepção é a realidade e, a partir daqui, nós sabíamos o que é que o Povo pensa sobre isto. Deixo aqui o desafio ao Sr. Presidente da Câmara: crie o Barómetro de Monitorização, que é aconselhado pelo tal Plano de Desenvolvimento. Pode até ser um instrumento surpresa que, face à política seguida, eventualmente. Veremos quem tem razão.

Por fim, ainda quanto ao Plano de Desenvolvimento, no âmbito dos projectos a implementar, creio que é muito importante a área da formação. Valia a pena discutir com as escolas – e a Câmara pode promover isso – o porquê dos baixos níveis de formação e qualificação da população activa, que é ponto de bloqueio ao desenvolvimento local. Isto é uma afirmação que eu creio que está correcta. Porque é que os baixos níveis de formação e qualificação da população activa são o ponto de bloqueio ao desenvolvimento local? Os professores deviam agarrar nesta questão.

Ainda em relação ao Projecto 5 do Plano deste instrumento, a criação do Gabinete de Apoio ao Investidor e uma certa agilização, por parte da Câmara, em relação à instalação de empresas.

Em suma, qualquer candidato autárquico, a meu ver, tem aqui o diagnóstico correcto do que é preciso fazer. O Executivo, os empresários, as escolas, a comunicação social, devem divulgar este

documento e o Executivo deve promover seminários sectoriais sobre as propostas ali feitas. É um desafio que eu deixo ao Sr. Presidente da Câmara.

E aos autarcas mais jovens eu queria dizer uma coisa: não se iludam com a preocupação de conseguirem mais um arranjo urbanístico ou mais um açude ou mais uma ponte, porque, se não conseguirmos aqui a criação de emprego e condições para a fixação de pessoas, sobretudo em empregos qualificados e com grande valor acrescentado, os vossos descendentes – filhos e netos – vão-se embora, para o litoral ou para o estrangeiro. E esses arranjos urbanísticos, esses caminhos – e até o próprio património, particularmente – ficarão, concerteza, abandonados, do ponto de vista físico e até da segurança.

Aliás, basta ler o último Correio da Beira Serra – peço desculpa ter que referir o nome do jornal, mas também não há mal nenhum por isso – que nos demonstrou – e eu aqui sigo o que lá vem, admito que os números estejam correctos – uma quebra de vinte e seis por cento em Alvôco de Várzeas quanto à população. Aldeia das Dez, Avô, São Gião, também com quebras à volta dos vinte por cento entre mil novecentos e noventa e um e dois mil e um. Portanto, não vale a pena nós estarmos aqui todos a teorizar e a dizer... porque a realidade tem mais força que as teorias. Vocês, todos nós, não vale a pena só aquele tipo de investimento que tem estado a ser feito. Eu não digo que não seja preciso, mas não resolve os problemas. Nós, a caminhar assim, daqui a trinta anos não temos ninguém nas freguesias. E depois? Não vou perder mais tempo com isto. Penso que está claro, para quem quer ver.

No Jornal de Arganil de vinte e quatro do seis, diz que o Presidente da Câmara de Arganil deu conhecimento de um jantar de trabalho com Presidentes dos Municípios envolventes, com o Sr. Primeiro-Ministro e alguns Ministros, no qual abordaram matérias relevantes: saúde, justiça, acessibilidades, apoios às PME. Eu queria saber se o Sr. Presidente da Câmara esteve presente nesta reunião.

Uma outra questão tem a ver com as posições políticas desta Assembleia Municipal. Eu li o Sr. Vice-Presidente da Assembleia Municipal, escrever há dias, a propósito do PS como oposição, “não se mobilizam apoiantes e simpatizantes do PS com um discurso igual ou semelhante ao da Comissão Política Concelhia do PSD.” Eu devo dizer que me enternece esta sua preocupação com o PS mas assinalo a falta de ética nesta afirmação. Penso que alguns de nós temos aqui obrigações especiais e sei que o Sr. não anda distraído. Sei que sabe quem é que aderiu ao discurso de quem. Eu sei que sabe isso. Portanto, não foi o PS que adoptou o discurso da Comissão Política do PSD, mas foi o contrário. Aliás, eu, há tempos, escrevi-o aí. E o Sr. Presidente da Comissão Política do PSD não o negou, de que eu lhe atirei isso à cara, dizendo que ele é que andou errado. Mas ele confirmou que se apercebeu tarde disso. Portanto, não vamos alterar as coisas. Nós continuamos a ter razão, embora eles agora - parece-me – estão a chegar à nossa razão. E não há aqui qualquer disputa de protagonismo, não há qualquer intenção de formar, muito menos isto, um Bloco Central concelhio. Não há. Agora, o que eu creio é não se tenta poupar o PS, dizendo que anda a reboque, sobretudo quando isso é falso. Sejam sérios em política e no resto. Resolvam os vossos problemas internos, sem meter o PS nisso.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. João Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Querida congratular-me com o anúncio da adjudicação da estrada Meruge / Lagares da Beira / Limite do Concelho, que é uma estrada que vem responder a uma carência latente para estas populações e que, ao contrário do que se diz, vem promover o desenvolvimento. Há pessoas de Meruge que trabalham em Lagares da Beira e também em Oliveira do Hospital, que utilizam diariamente aquela estrada, com prejuízos graves para a sua economia, porque gastam mais pneus, gastam mais amortecedores, desgastam mais os seus carros pelo estado em que a estrada está, apesar que, frequentemente, a Câmara colocar alcatrão nos buracos que vai tendo.

Em matéria de estradas, creio que também é importante que se tenham iniciado as obras da estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha. Digo eu, como autarca, que pena é que o Sr. Secretário de Estado não tenha cumprido com a afirmação que fez, em tempos, publicamente, de apoiar a renovação e beneficiação dessa estrada e que, assim, corra apenas a expensas da Câmara, porque vem prejudicar objectivamente o desenvolvimento do concelho. Segundo creio, são mais de dois milhões euros. É “muita massa”, como se costuma dizer.

E, por falar em estradas... Sei que os meus amigos do PS já vão dizer “lá vai ele defender o seu amigo Presidente da Câmara”... Mas isto é verdade: o Partido Socialista tem que se entender em matéria de estradas. Vem o Sr. Eng^o Carlos Maia dizer que a Câmara opta por investir no alcatrão, no concelho, alcatroar caminhos, alcatroar estradas, investimento no alcatrão... e isto é mau. Mas, depois, vem o Dr. Rodrigues Gonçalves, com o pacote de medidas do Governo, com os IC, com os IP, dizendo que, afinal, o alcatrão é bom. Mas é bom, se vier do Governo. Não pode ser. Ou arranjam uma mesma central de betuminoso ou, então, há aqui qualquer coisa que falha na matéria-prima. Portanto, entendam-se porque é importante que isso aconteça.

O meu camarada Jano hoje não está presente. Eu não o represento, de maneira nenhuma, mas partilho de uma opinião que ele tem: que há, de facto, um fluxo de iniciativas, de índole cultural e criativa, no concelho que devem ser estimuladas mas que devem abranger todo o concelho. Eu creio que o município e o concelho em si beneficiariam se a animação que é feita nas praias fluviais, que é feita no cenário magnífico das ruínas da Bobadela, ou noutros locais, como Meruge ou Aldeia das Dez, se alargasse a todo o concelho. Creio que as nossas colectividades, as nossas freguesias, têm um saber-fazer imenso que ganharia com um plano mais vasto da Câmara, de apoio, de lançamento deste tipo de iniciativas. Eu quero mesmo dizer que, infelizmente não posso ir a todas e, mesmo que o quisesse – tenho que o confessar – poderia até ser fastidioso, dado o número de convites que recebo para vir, por exemplo, assistir a inaugurações de exposições, de lançamento de livros. Muito sinceramente: eu conheço muitos concelhos e não conheço nenhum onde haja uma actividade prolixa como aqui, nessas matérias. Mas tenho esta opinião: creio que perdem os artistas e perdem as actividades por se fazer tudo na Casa da Cultura César Oliveira. Eu creio que este tipo de iniciativas tem de ser descentralizadas pelo concelho. A Câmara tem que fazer um Plano e levar essa cultura às freguesias, às colectividades que existem nessas freguesias. Podem dizer que, depois, as pessoas não apreciam porque os artistas não são de lá. Mas temos de as mobilizar, temos de as sensibilizar. Creio que rentabilizaríamos muito mais este investimento e ficaríamos todos a ganhar.

E, nesta linha, também queria dizer que, para além destas, há um conjunto de actividades de âmbito desportivo que marcam um pouco o nosso concelho. Não há nenhum concelho aqui à volta que tenha uma equipa de basquete com a pujança e a projecção que tem o Sampaense, não há nenhum concelho aqui à volta que tenha várias equipas de hóquei em patins. Praticam-se outros desportos e há iniciativas que se realizam, que devem também ser valorizadas. Isto pode parecer aparentemente ridículo o que eu vou dizer mas, se tivessem assistido, à II Nocturna de Carrinhos de Rolamentos, em Nogueirinha, vocês percebiam o que eu estou a dizer. Eu próprio fiquei surpreendido como é que, por um lado, tanta gente pratica e, por outro, tanta gente gosta. E isto foi realizado pela Associação Nossa Senhora do Rosário, com alguns apoios, mas nada de significativo. Mas foi iniciativa da Associação. E isto tem que ser valorizado e é importante para o concelho. Esta riqueza, esta dinâmica tem que ser estimulada.

Isto também para dizer que, amanhã, vai realizar-se o V Torneio Nacional de Damas, em Meruge, com os melhores jogadores do País, que vêm todos os anos e de todo o País, desde Montemor-O-Novo, Setúbal, Torres Vedras e Viana do Castelo. Jogadores do melhor que tem o País. E isto também é importante.

Eu estou a falar do que conheço mas concerteza que haverá outras. Isto, vertido para um plano global, daria uma dimensão do ponto de vista de desenvolvimento desportivo e das actividades culturais e recreativas que nos orgulharia a todos.

Coisas menos alegres são, por exemplo, as notícias recentes da aprovação do Código do Trabalho. Creio que qualquer trabalhador que esteja nesta sala tem que se sentir triste, magoado, apreensivo pelas alterações, para pior, do Código do Trabalho. Globalmente, o Código do Trabalho já era mau, já estava, claramente, a favor do mais forte, que são as entidades patronais. Esta revisão, para pior, do Código do Trabalho vem colocar nas mãos do patronato instrumentos de humilhação dos trabalhadores, vem retirar conquistas históricas, como o direito às oito horas de trabalho, que ninguém valoriza. A luta pelas oito horas de trabalho fez movimentar em todo o Mundo muitos milhões de trabalhadores. É por isso que se comemora o 1º de Maio, porque os trabalhadores, em Chicago, lutavam pelo direito às oito horas de trabalho, porque trabalhavam doze, catorze ou dezasseis horas por dia. E conseguiram, com a sua luta, as oito horas de trabalho. A partir da publicação deste Código do Trabalho deixa de haver essa conquista histórica que é: o trabalhador ter o seu tempo, que vende ao patrão, e acabando este tempo, o patrão ter que lhe pagar horas extraordinárias. Portanto, isto vai deixar de acontecer. E isto é lamentável que vá acontecer pela mão de um Governo que se diz socialista e que se diz com preocupações sociais. Por isso, amanhã, em todo o País, os trabalhadores vão dar uma resposta – mais uma – firme a este Governo e dizer claramente, como tem dito em outras manifestações, que a competência do Governo bate na consciência dos trabalhadores, bate na consciência do povo português. E, quando fôr no “dia das cruzes”, o PS vai sentir que esta política de favorecimento do grande capital vai ter custos exagerados e vai ter que engolir esse cartão vermelho que o povo português lhe vai dar, como deu o povo da Irlanda – que aqui saúdo – a essa mistificação que foi a tentativa de impor a Constituição Europeia pela porta de um Tratado que se diz, até, de Lisboa.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Dr. Francisco José Garcia, para fazer a seguinte intervenção:

“Há bocado, um deputado municipal disse que chora com o estado do País e com as políticas nacionais mas devia, de facto, olhar cada vez mais para o seu concelho porque tem camaradas seus a fazer tudo para retirar a sua descendência deste concelho e colocá-los noutras câmaras.

Mas, o que me trouxe aqui, foi uma intervenção e uma recomendação que eu fiz ao Sr. Presidente na Assembleia Municipal de vinte e nove do dois, onde questionei sobre uma proposta de cobertura do concelho de Oliveira com internet banda larga de uma forma gratuita para os cidadãos e para todos os que visitam o nosso concelho. Questionando, para saber o estado da conversa que houve entre a Câmara e uma empresa que veio cá fazer essa proposta, o Sr. Presidente da Câmara, sobre o *wi-fi* – e está na acta – disse “gostaria de dizer que eu julgo que é importante. Mas também vos quero dizer que fiquei extremamente preocupado quando ouvi uma conferência realizada por um inspector da Polícia Judiciária sobre o sexo *on-line* e de todas as referências que ali foram feitas sobre essa matéria. Acho que temos que avançar nas coisas com precauções. É que enquanto em casa, os pais podem cooperar com os filhos na consulta, em espaços abertos, o acesso é total.”

Sr. Presidente: pretendo saber o que é que, afinal, mudou nestes meses. Ou será que não mudou nada? Será que o Sr. Presidente é de tal forma orgulhoso para aceitar ideias, propostas ou recomendações dos deputados municipais, principalmente quando não são da sua bancada? Mas não esquecemos que grande parte do que de bom foi feito nesta terra foi obra directa do Partido Socialista ou de ideias apresentadas pelo Partido Socialista, que o Sr. muito bem aceitou e pôs em prática.

O Sr. Presidente não deve ter vergonha de aproveitar as ideias dos outros, mesmo que elas sejam de uma bancada da oposição, principalmente quando elas são boas. Mas ainda bem que o Sr. o tem feito.

Para terminar, congratulo-me pelo Sr. Presidente da Câmara e restante Vereação avançarem com esta medida, que o Partido Socialista – mais uma vez ressalva – recomendou, agradecia somente esclarecimento pormenorizado dos custos da mesma, freguesia a freguesia.”

Queria questionar o Sr. Presidente da Câmara, uma vez que me foi comunicado, no dia nove de Maio de dois mil e oito, que tinha sido enviado o requerimento que eu fiz ao Sr. Presidente da Câmara sobre a contratação de vigilantes para os circuitos de transportes escolares, ao qual ainda não obtive qualquer resposta.”

Seguidamente, interveio o Sr. Carlos Rocha para prestar o seguinte esclarecimento:

“Queria prestar o seguinte esclarecimento: no dia nove, informei que o seu requerimento foi remetido à Câmara Municipal e, posteriormente, remeti-lhe a resposta da Câmara Municipal. Não posso precisar quando foi mas vamos verificar e enviar-lhe-emos nova cópia.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Eng^o Carlos Inácio, para fazer a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar e dada a intervenção do meu amigo João Abreu, queria dizer-lhe o seguinte: congratulas-te com o pouco ou o muito que fazes e que a Câmara faz neste concelho mas o muito ou pouco que o Governo faz por este concelho, também não dizes nada. A gente percebe porquê.

Eu não sei se nesta Assembleia há muito ou pouco quórum. Eu acho que há pouco, em relação a outras reuniões que já temos feito aqui. Eu penso que num dia tão importante para o concelho... E louvo estes eventos que a Câmara faz e que temos aqui no nosso concelho, mas havia coisas importantes hoje à noite. Nós, Partido Socialista, há muito que pedimos que isto, em vez de ser à sexta-feira à noite, fosse ao sábado de manhã e hoje tínhamos ido todos para o Mandanelho, tínhamos ido ver o Futsal, em vez de estarmos aqui. Não é que não seja importante, porque o é, mas amanhã estávamos aqui fresquinhos, de manhã, para discutirmos estas coisas.

Duas ou três coisas que eu queria dar conta aqui. Queria dar aqui uma achega a uma situação que se passou no passado fim-de-semana – e que os meus amigos que estão aqui do PSD sabem – que foi o Congresso, em que vimos o PSD a três vezes, a diferentes velocidades, fragmentado e com uma série de listas a concorrer, que eu não percebi. Foi o que eu vi na comunicação social e li. E temos o maior partido da oposição a lidar com a sua própria oposição interna e não se percebe qual é a política, qual é a orientação, nem se percebe quais são os desígnios do País. Eu já vou explicar porque é que estou a dizer isto e vocês vão perceber. Vimos as mesmas caras para os mesmos cargos e uma Presidente, à qual endereço daqui os meus parabéns pela eleição para o cargo, pela primeira vez, e bem, como já o fazia o Partido Socialista, em eleições directas. O que eu não entendi – e peço desculpa pois a culpa deve ser minha – era qual o projecto que existia para o País da parte dela. Descobre agora o social. Não percebo de que maneira e de que modo o concretiza. Não percebo onde é que vai buscar os meios, mas havemos de perceber um dia. Agora, há aqui algo que todos nós percebemos e que foi repetido por toda a comunicação social – escrita, rádio, televisão, etc.: mais auto-estradas não há, mais vias de comunicação novas, não há. TGV, o que é isso? É uma sigla esquisita que anda por aí. Aeroporto, para quê? E, agora, Sr. Presidente, eu dá os meus parabéns porque o Sr. já tinha percebido que a Presidente do seu partido tinha a visão que o Sr. tinha. Porque, quando se fala em IC 6, em IC 7, em IC 37 e outras infra-estruturas para a região, o Sr. Presidente diz que não percebe para que é isso. Então, já tinha a visão da sua Presidente. O que eu entendo é o seguinte: se calhar, o que se pretendia era uma EN 17 com mais alcatrão, naturalmente, e mais alargada, e chegava. Parece-me que é o que a sua Presidente quer. E aí eu já entendo o Sr. Presidente.

Eu, aqui, queria congratular-me pela grande visão do nosso Secretário de Estado das Obras Públicas, Paulo Campos, daqui do nosso concelho, que teve essa visão e que teve aqui para o País. Eu queria referir um artigo do Diário de Notícias que vinha com as auto-estradas e as vias para o interior. Agora estamos a desenvolver o interior, estamos a desenvolver a nossa região, mas isso não interessa

para o País e acabamos com isto. Porque isto não interessa, isto não é País, para vocês. Eu não ouvi aqui uma palavra, de ninguém, e ouvi umas conversas de cadeira, uns risos, uns murmúrios, porque não lhes interessa nada disto. Vocês estão fechados aqui no concelho e não vos interessa o exterior. Mas a nós interessa-nos. Por isso, felizmente temos o nosso Secretário de Estado que está preocupado com isto e que nos dá futuro e que pensa futuro como nós pensamos.

Só vos queria dizer aqui uma coisa que já disse aqui o meu camarada e colega de bancada, Rodrigues Gonçalves: onde é que estão os nossos jovens? Os nossos jovens não estão cá. Vão-se embora, naturalmente porque não sentem desenvolvimento, não sentem capacidade empreendedora aqui no nosso concelho. E os nossos empreendedores e os nossos empresários também o fazem, como é evidente.

Uma nota a outro sector aqui da nossa bancada: eu percebo que o meu discurso não é agradável. Mas, já agora, um discurso aqui para a bancada – que não é para quem eu estava a falar e não é para o Sr. Presidente – e tem a ver com o seguinte: critica-se muito e a gente vê na televisão isto e aquilo do Governo, mas vivem dos subsídios da Comunidade Europeia. Vão buscar dinheiro à Comunidade mas criticam o Governo e criticam a Comunidade. Mas, depois, vivem disso. Tenhamos critérios, tenhamos visão.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria que, pelo menos, houvesse hoje aqui um ponto de união. Concordo absolutamente com a parte da intervenção do João Abreu quando disse que este concelho tem algumas coisas bastante ricas. E, em termos desportivos e de associativismo, tem bastante riqueza, sem dúvida nenhuma.

E eu, antes de fazer esta intervenção, perguntei ao Rui Abrantes se tinha alguma coisa porque eu gostaria de propor aqui dois votos de reconhecimento e que gostaria que fossem aprovados por unanimidade, unindo-nos em volta de algumas coisas positivas que tem o concelho.

Assim, proponho este voto de reconhecimento ao Clube Seita Todo Terreno pela sua capacidade organizativa e pelo modo como divulgou o nosso concelho aquando da realização do Campeonato Europeu de Enduro que, na minha opinião, é uma divulgação deste concelho. E um grupo de jovens faz um trabalho espectacular, temos que o reconhecer aqui.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação o voto de reconhecimento ao Clube Seita Todo o Terreno, tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção do Sr. Rui Abrantes.

Prosseguindo, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino propôs a aprovação do seguinte voto de louvor:

“A jovem secção de Futsal do Futebol Clube de Oliveira do Hospital fez um trabalho excelente, conseguindo sagrar-se Campeão Distrital da 1.ª Divisão de Futsal, lugar que lhe permite a subida de divisão. Além disso, foi finalista da Taça da Associação de Futebol de Coimbra, tendo eliminado várias equipas do escalão superior. Por isso peço a aprovação desta Assembleia de este Voto de Louvor.”

Colocada à votação a proposta de aprovação de um voto de louvor à Secção de Futsal do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino continuou a sua intervenção:

“Querida dizer o seguinte: às vezes, proponho estes votos de reconhecimento na área desportiva por uma razão, sobretudo sobre aqueles que conheço. Eu tenho visto um grande entusiasmo – e o João Abreu falou aqui nos carrinhos de rolamentos – não em Nogueirinha, mas em Vila Franca da Beira.

Agora, uma intervenção de cariz mais político. Começaria por dizer ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte: eu, sempre com uma grande independência em relação aqui à própria Assembleia e à própria côr partidária, às vezes, tenho feito intervenções sem olhar, muitas vezes, à côr partidária. Nem sempre, é a minha opinião, que tudo o que o Sr. Presidente da Câmara faz é mau... Não tenho

essa noção. Há coisas bem. Há coisas que o Sr. Presidente da Câmara... E tive o cuidado, aqui, numa altura, sobre Educação, de falar em alguns aspectos, na Sra. Vereadora e no projecto de Educação do próprio concelho. Sempre tive este à-vontade para falar olhos nos olhos. E hoje também quero começar... Se as pessoas virem, comecei sempre as minhas intervenções por aspectos positivas, podendo recorrer, depois, a aspectos mais negativos no campo político, porque estou cá para isso. Fui eleito como oposição, como independente, no Partido Socialista mas tenho sempre uma visão muito clara sobre o concelho.

E hoje queria-vos dizer que uma das coisas que li no jornal e que também já escrevi sobre isso – isto vem a propósito da obra que eu reconheço que o Sr. faz ou fez – foi a assinatura do contra-programa com a Associação Desportiva Nogueirense para a colocação de relvado e outras obras a realizar no complexo desportivo Santo António. Diz o povo “mais vale tarde do que nunca”, porque eu já tinha levantado aqui o problema e achava que era uma decisão que já devia ter sido tomada. E também queria realçar aqui a coragem dos directores da Associação Desportiva Nogueirense porque, como li, terão que assegurar ainda uma importância bastante elevada para fazer o restante das obras ou a parte que será comparticipada pela Associação. Penso que isto tem a ver com o futuro e, em termos de algumas críticas, parecendo que algumas pessoas não têm importância para o concelho, têm-na, na minha opinião. Primeiro, a Associação Desportiva Nogueirense justifica plenamente o investimento porque é preciso conhecer a história das colectividades no nosso concelho. Se nós olharmos à história da Associação Desportiva Nogueirense, vemos que, a seguir ao Futebol Clube de Oliveira do Hospital, é uma das colectividades com mais rico historial. Por isso, na minha opinião, Nogueira do Cravo gosta do seu clube, gosta do seu futebol. E eu acho que se fez justiça e, por isso, o clube justifica-o. O que eu também acho é que, às vezes, falo de prioridades, o Sr. Presidente responde com prioridades, e poderemos é discutir se isto é ou não uma prioridade. Por mim, considero-a assim.

Mas acho que seria fundamental, para que fosse transparente esta política desportiva, que houvesse uma Carta Desportiva Municipal. Eu dou aqui o exemplo da minha terra, Ervedal da Beira, porque nós nunca poderíamos reivindicar a construção de um relvado sintético comparativamente à Associação Desportiva de Nogueira do Cravo. E perceba-se porquê. Porque são realidades diferentes. O futebol teve uma determinada fase mas hoje, por exemplo, o Ervedal não é uma terra com futebol de onze. Tem o futsal, que gosta. Por isso, percebe-se perfeitamente. E aquilo que eu achava, porque há aí alguns casos para resolver... Não só no futebol. A Carta Desportiva englobaria, como o João Abreu aqui disse, o Sampaense em termos de basquete. O Sampaense é uma referência. Hoje, o Ervedalense, em termos de futsal, tem alguma referência. Não ao nível do Sampaense mas também tem alguma referência. Eu penso que era importante, para que houvesse algumas opções futuras, que houvesse essa Carta Desportiva Municipal. Mas há mais: reconheço que Lagares da Beira e Seixo da Beira são duas terras que gostam do seu futebol e que têm um passado ligado ao futebol e que, nessa Carta Desportiva, havia de haver determinadas opções, que tornassem este processo transparente. Isto é claro. Penso que, sendo assim, são medidas que são a avulso. Eu também venho defendendo, há algum tempo, que acho que o Futebol Clube de Oliveira do Hospital merecia ter um parque desportivo, sobretudo para a formação, independentemente de ele ser dentro do concelho. Não acho que precise de outro estádio, é a minha opinião. Acho que aquele estádio chega muito bem para o Oliveira e ainda sobra. Agora, se calhar, precisava de um parque desportivo para ter uma formação. E já disse aqui uma vez e vou repetir: os miúdos gostam mais de jogar no Touriz do que jogam em Oliveira do Hospital. Todos sabemos isso. E a maior parte dos miúdos que jogam no Touriz, nas suas camadas de formação, são de Oliveira do Hospital. Isto tem a ver com as condições que se criam para os nossos miúdos. Por isso, deixo aqui esta sugestão.

E volto a reafirmar hoje que falo pelas minhas convicções e pela minha coerência. Por isso quero dar os parabéns à Câmara por este contrato-programa.

Queria aproveitar para fazer duas perguntas. Pretendia saber como é que se encontram as coisas ou se a Câmara fez alguns contactos sobre o parque eólico na freguesia de Aldeia das Dez, que há mais de um ano, foi aprovada a licença de viabilidade.

Outro assunto é a Expo Social 2008, que eu acho muito bem. É uma iniciativa que a Câmara faz bem em promover porque é bom que as IPSS divulguem aquilo que fazem dentro do seu concelho e há determinados encontros. Aquilo que eu gostaria de perguntar era qual o ponto de situação do Centro de Acolhimento a Crianças e Jovens em Risco, que foi baptizado em dois mil e oito como Centro de Emergência Social, em Travanca de Lagos. É que a obra já foi concluída em Junho ou Julho de dois mil e sete, foram gastos vinte e sete mil contos, que é dinheiro do erário público. Gostava de saber se já tem modelo de gestão, se já está devidamente equipado e para é que vai servir.”

Depois de terminada a presente intervenção, foi dada a palavra ao Sr. Luís Martins Almeida:

“Apesar de não ter tido muito tempo para preparar a Assembleia de hoje, não queria deixar de falar em alguns assuntos. Um, que deve ser de reflexão para todos nós, e outro uma pergunta mais concreta ao Executivo ou ao Sr. Presidente da Câmara.

Consta-se – e o “consta-se” é muito vago – que há uma empresa em Oliveira do Hospital, com centenas de trabalhadores directos e indirectos, em que a Administração disse textualmente aos trabalhadores que ia fechar em Agosto. Pode ser verdade. Pode não ser verdade. Pode ser uma pressão da entidade patronal. Mas não deixa de ser uma preocupação para todos nós porque o nosso concelho já teve dias melhores quanto ao índice de desemprego e, neste momento, agravava e muito, os números do desemprego no concelho. Sei que não é uma função que a Câmara tenha que ter mas é uma preocupação que nós, enquanto deputados desta Assembleia, devemos ter porque é grave. E vai de encontro ao que o Sr. Engº Maia disse dos empreendedores dos concelhos vizinhos. Eu, hoje, não pude preparar como devia ser esta Assembleia porque estou desde as seis da manhã no Carregal do Sal, numa empresa de madeiras, em que a Câmara deu quase de forma gratuita as instalações, que foram aproveitados os benefícios todos e, agora, os trabalhadores estão há dois meses sem receber e vai ser muito difícil a empresa ser viável. O Sr. Engº Maia não deixa de ter razão quando diz que devem cativar-se mais empresas para virem para Oliveira do Hospital, mas têm que ter os pés bem assentes na terra, de forma a que não seja o dar por dar e, depois, vir a acontecer o está a acontecer no Carregal.

Falou-se também na desertificação das nossas aldeias. Eu penso que, não havendo condições para a fixação do nosso povo aqui em Oliveira do Hospital, poderá haver desertificação, poderão algumas pessoas ir procurar melhor situação de vida no estrangeiro ou nas cidades do litoral. Mas também quero dizer que, muito mais grave, é aquilo que o Governo assinou antontem, que, se calhar, poderá vir a originar mais desemprego. Isto porque, com todas estas facilidades de se poder despedir, em nome de uma melhor liberalização do emprego, será bem pior.

Uma questão concreta ao Executivo pois penso que foi o Executivo que fez a candidatura ao Leader +: há pessoas, algumas até de fora do concelho, que me perguntam o que é a casinha que está no parque do Senhor das Almas, pois está sempre fechada. Penso que até na altura, vi na ADIBER que seria para promoção do concelho. Mas há pessoas que dizem que aquilo é para vender queijo. Eu pretendia uma resposta oficial do Executivo, de forma a que eu possa responder às pessoas que me questionam.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar as informações e esclarecimentos solicitados:

“Queria responder a estas questões que foram colocadas, com muita calma, com muito pragmatismo, sem qualquer tipo de excitação exacerbada como alguns dos Srs. membros desta Assembleia, que parece que fazem questão de se afirmarem ali, em frente ao micro.

Quero responder, de uma forma muito directa, à questão das tais reuniões do Governo. Sr. Engº Carlos Maia: o Governo, para folclore, não conta com o Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital. Para reuniões de trabalho, o Sr. Presidente da Câmara lá estará.

Já agora, para responder ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, sobre se participei ou não na reunião com o Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que sim, que participei. E vou dizer-lhe o que é que lá disse ao Sr. Primeiro-Ministro. Disse-lhe que, contrariamente a algumas intervenções que ouvi dos meus colegas, não podia dizer bem do Governo porque ainda não tinha sentido no concelho de Oliveira do Hospital a acção do Governo.

Depois, disse-lhe que gostaria de deixar ali duas preocupações. A primeira era o Serviço de Atendimento Permanente de Oliveira do Hospital e da necessidade da existência deste serviço vinte e quatro horas por dia para casos agudos. A segunda preocupação foi o Mapa Judiciário. Tive a oportunidade de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que, quem fez aquele Mapa – que eu não sei quem foi – não teve, sequer, a mínima atenção para aquilo que é o fluxo dos transportes públicos dentro e ao nível destes concelhos.

E, depois, falei sobre as tão apregoadas acessibilidades. E disse ao Sr. Primeiro-Ministro que tinha sido dado um primeiro passo; um primeiro passo curto porque ainda não entrava no território do concelho de Oliveira do Hospital. Também referi a preocupação de Oliveira do Hospital relativamente às outras obras.

E, depois, falei numa outra coisa que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves omitiu – não sei se por receio ou por qualquer outra coisa – e que foi a ESTGOH. Não sei porque é que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves não falou na ESTGOH, que é um dos elementos considerados fundamentais no Plano de Desenvolvimento do Concelho de Oliveira do Hospital. O Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves omitiu. Não lhe convinha e, então, o seu discurso, preparadinho “à letra”, não tocou na Escola.

Depois desta intervenção, o Sr. Primeiro-Ministro, naturalmente, fez algumas referências e passou a palavra aos Srs. Ministros. Ouvei o Sr. Ministro das Obras Públicas com toda a atenção. E, depois, pedi novamente a palavra para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que, mais uma vez, depois de ter ouvido o Sr. Ministro das Obras Públicas falar, fiquei a saber que, até final de dois mil e nove, não vai haver qualquer obra física ao nível da rede viária dentro do concelho de Oliveira do Hospital, a não ser os tais caminhos e as tais estradas que a Câmara faz e que o meu amigo Engº Carlos Inácio não gosta nada. É uma chatice. Eu liberto-o de pó quando vai às povoações mas, para ele, é uma chatice porque tem os caminhos e as estradas pavimentadas. E isto confrange-o um bocado.

Aliás, eu gostaria de dizer aqui claramente ao Partido Socialista que se entendam. Porque eu ouço uns a dizer que eu ando a colocar as lâmpadas nos becos e nas ruas e ouço outros a dizer que o concelho está num autêntico estaleiro. Afinal, em que é que ficamos? No estaleiro ou nas lâmpadas? Eu diria que não é numa coisa nem noutra. Nós estamos a fazer obra, obra que consta do Plano de Actividades e que é a nossa missão aqui.

Também queria dizer ao Sr. Carlos Mendes, relativamente à Feira, que vai mudar. Nós gastámos o dinheiro. Alguns até eram contra que fizéssemos aquela obra. Vai mudar mas é preciso ultimar o espaço, no sentido de que os feirantes que se vão lá instalar não andem a fazer perfurações no solo de qualquer maneira para fixar as suas tendas. Por isso, estamos a colocar um sistema fixo com argolas para que eles possam prender as tendas sem deteriorar o pavimento. E está previsto irem à próxima reunião de Câmara as normas para atribuição dos espaços de venda no novo recinto da feira e que têm a ver com o cumprimento da lei que o Governo emitiu. O Governo é que disse que estes espaços têm que ser sorteados e é isso que nós vamos fazer. Portanto, dentro do mesmo ramo e das mesmas áreas, iremos fazer as reuniões com os feirantes, com os comerciantes, de forma a sortear os espaços e cumprir com o que a lei diz relativamente a essa matéria.

Quanto às obras da cidade, quero dizer que não fomos nós que não previmos. Foi a PT que ocultou a passagem de um cabo na zona onde vai ficar o silo. Portanto, resolvido esse problema – que já está – na próxima segunda-feira vai começar a ser vedado o espaço onde vai ser aberto o buraco para fazer o silo e a parte de cima. Nesta fase vai ficar só disponível a parte de baixo do Largo e o estacionamento vai ser proibido em toda aquela área porque vai haver intervenção na rua descendente e só a rua ascendente é que vai ficar com serviço.

Quanto à questão das árvores: aquilo que se fez em projecto, tal como se fez no do Parque do Mandanelho, foi evitar tirar árvores. Mas há algumas árvores que têm que sair, da parte de cima do Largo e, por acaso, estão quase todas podres. Face à tipologia dos equipamentos que vão ser lá colocados, têm que sair. Mas vão ser plantadas árvores novas, já com alguma dimensão. Na parte de baixo, para que os cidadãos com mobilidade condicionada possam ter acesso a todo o espaço, poderá haver necessidade de tirar algumas árvores. Agora, é assim: ou bem que fazemos obras, renovamos e melhoramos, ou, se estivermos acantonados, não mexemos em nada.

Quanto à questão levantada sobre a abertura de valas, não tem a ver connosco. É uma questão de planeamento do empreiteiro. O empreiteiro tem prazos para cumprir. A planificação de intervenção em obra é da sua inteira responsabilidade. Portanto, o empreiteiro solicitou uma informação à EDP para que esta se pronunciasse sobre a empresa que eles têm para realizar essas infra-estruturas. Recebi esta semana o aval da EDP em relação à empresa indicada pelo consórcio. E, agora, compete ao empreiteiro realizar essas infra-estruturas. É evidente que, provavelmente, ele tinha ganho muito mais se tivesse já metido a tubagem mas eu não posso obrigá-lo a fazer o que ele não quer. A única coisa que eu quero e que já foi dito ao consórcio, é muito simples: é que as obras sejam feitas o mais rápido possível e com o menor incómodo para as pessoas que circulam na cidade, muito especialmente para os comerciantes que já têm uma vida difícil que, com esta situação, ficará um pouco mais complicada. E esta é a minha preocupação. E é dentro desta base que eu situo a minha intervenção ao nível destas obras.

Depois, falaram em desenvolvimento. O Sr. Eng^o Maia disse que “são várias coisas”. São, efectivamente, várias coisas. Um dos factores essenciais para o desenvolvimento é a Educação. E, em Educação, eu continuo a dizer que peço meças a qualquer outro concelho da nossa área. E eu, que no tal jantar de trabalho com o Sr. Primeiro-Ministro, fiquei sentado entre a Sra. Ministra da Educação e o Sr. Ministro da Agricultura, tive a oportunidade de ir conversando com a Sra. Ministra relativamente à Educação. E ela ficou muito espantada com muitas das coisas que nós temos aqui. Por exemplo, o Governo anda a falar hoje em quadros interactivos, no âmbito do Plano Tecnológico, e nós já oferecemos os quadros interactivos às escolas há dois anos. Aquilo que eu espero é que, efectivamente, as nossas escolas saibam tirar rentabilidade desses equipamentos. Mais ainda: na própria escola do primeiro ciclo, aqui em Oliveira do Hospital, temos uma sala totalmente equipada com computadores em rede e quadro interactivo. E tivemos, ao longo deste ano, uma professora para dar iniciação às TIC aos alunos do primeiro ciclo, também aqui em Oliveira do Hospital.

E, pegando nesta questão dos quadros interactivos e da tal sala de informática, aproveito para responder ao Sr. Dr. Francisco Garcia, para lhe dizer o que é que mudou entre aquilo que eu disse numa sessão da Assembleia e a minha actual posição. O que mudou foi algo muito simples. Foi a informação dizendo que, com este sistema *on-line* que vamos criar, a Câmara pode condicionar o acesso a uma série de conteúdos. E, dentro dessa perspectiva, o Presidente mudou e tomou a decisão. Mas queria dizer-lhe que esta questão do *wi-fi* já consta do nosso Plano de Actividades desde dois mil e seis. Portanto, é só para lhe dizer que não foi por causa do meu amigo ter falado que eu resolvi o problema. Foi porque entendemos que, face à informação que recebi, havia condições para tomar essa decisão. Perguntou-me quanto é que isso vai custar. A informação que me foi dada, e que eu levei a reunião de Câmara, é que isto terá um custo na ordem dos mil e duzentos euros pela montagem do

sistema em cada uma das freguesias. E dois mil e quinhentos euros para o equipamento, o servidor, que vamos montar aqui no Município, para restringir os tais acessos. Estamos numa fase em que se pretende que os Srs. Presidentes das Juntas, em conjunto com a empresa, indiquem qual o local em que pretendem instalar as antenas e o resto do equipamento para, depois, podermos avançar noutra sentido. Também gostaria de dizer – como disse aos Srs. Presidentes das Juntas numa reunião que fiz com eles – de que a Câmara, este ano, assume a montagem do sistema e dos equipamentos e que, para o próximo ano, assumirá os custos do funcionamento do sistema, de forma a que nenhum Presidente da Junta esteja a olhar para o seu Orçamento e a condicionar, eventualmente, o acesso na sua freguesia. Também há uma empresa que já se predispôs a fazer contrato com os Srs. Presidentes das Juntas no sentido de haver uma mensalidade de cerca de dezanove euros e noventa cêntimos. Esta é a resposta em relação a este assunto.

Ainda no que respeita ao desenvolvimento, gostaria de deixar aqui outra dica. Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves: o Sr. falou no Plano de Desenvolvimento Estratégico para Oliveira do Hospital. E falou muito bem. Nós mandámo-lo fazer, convictos de que era um bom instrumento de trabalho para nós. Mas há aqui um elemento que é fundamental: o povo sempre disse e continua a dizer que “sem ovos não se fazem omeletas”. Aquele Plano aponta para um conjunto de milhões de euros e foi desenvolvido numa perspectiva daquilo que seria o apoio ao nível do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Simplesmente, no âmbito do QREN, aquilo que vai ser contratualizado com a Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte são vinte e oito milhões e oitocentos mil euros. A essa importância o Governo já resolveu tirar uma parcela de cinco milhões para centros educativos, para apoio no desenvolvimento da política dos centros educativos. Restam vinte e três milhões e oitocentos mil euros que, a dividir por catorze municípios – mesmo tendo em atenção o número de habitantes, a área e outros factores – haverá que reconhecer que, a Oliveira do Hospital, irão caber qualquer coisa na ordem dos três milhões de euros. Portanto, Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, pegue nos três milhões, olhe para o Plano Estratégico e diga-me depois, se quiser ter essa bondade, quais são os investimentos que eu devo priorizar com essa quantia, tendo em atenção tudo o que lá é perspectivado. E há uma outra questão que é fundamental: se o Sr. reparou bem nesse Plano de Desenvolvimento, há lá um conjunto de acções – muitas – imateriais. Ora, com três milhões de euros, naturalmente que aquilo que qualquer Executivo de bom-senso faz, é cortar no imaterial e investir no material. Qualquer um. Não precisa de ter um curso superior de economia ou de gestão para pensar dessa forma. E é aquilo que, naturalmente, vai ter que acontecer, porque os cinco milhões do empréstimo que esta Assembleia autorizou para a realização das obras que aqui foram propostas, acrescidos dos referidos três milhões, não chegam para as obras propostas. Isto significa que ainda vamos ter que alocar a essas obras verbas de receitas próprias do Orçamento para não prejudicarmos aquilo que é a boa gestão em áreas correntes, como seja a Educação, a Cultura, o Desporto.

Esta última área até foi aqui realçada hoje. Mas hoje falámos aqui de desporto porque a Câmara tem tido uma política desportiva adequada e porque os clubes se sentem apoiados. Se a Câmara não apoiasse o Clube Seita, hoje não estaria aqui ninguém a propor-lhes um voto de louvor. Se a Câmara não apoiasse o futsal, hoje não estaria aqui ninguém a propor um voto de louvor à Secção de Futsal do Futebol Clube de Oliveira do Hospital. Portanto, isto existe porque há políticas ajustadas, acertadas, criteriosas e que permitem que as nossas associações desportivas funcionem. E esta é a tal política que os Srs. condenam e que dizem que é a “política do subsídio”. É engraçado. A mesma política que vocês condenam, que chamam de “política do subsídio” e de “política do eleitoralismo”, se não existisse, o associativismo estaria completamente “estrangulado” ao nível do seu funcionamento. Continuo a estar à vontade para falar sobre estas coisas.

Foi feita aí uma afirmação de que eu não era um bom oliveirense. Cabe, como sempre tem cabido, aos oliveirenses fazer esse julgamento. E os oliveirenses têm feito um julgamento positivo da

minha condição de oliveirense. Admito todas as possibilidades. Essa é uma que o meu amigo deixou, na qual eu não me revejo, mas que, naturalmente, como democrata que sou, tenho que a aceitar vinda da sua pessoa.

Falou-se também da questão da formação. Eu gostava de dizer o seguinte: a Câmara Municipal, em articulação com a ESTGOH, vai pôr a funcionar, em Setembro, em curso de Iniciação ao Empreendedorismo, para que os nossos comerciantes, os nossos industriais, possam ter noções de como se podem criar planos de negócios, como deve ser feita a contabilidade, como se podem apresentar candidaturas, etc. Isso vai funcionar e a Câmara vai pagar à ESTGOH o custo com os professores para desenvolvimento deste curso. Da mesma forma que também temos um curso sobre empreendedorismo, mas desta vez para as escolas, para que os nossos alunos comecem a ter esta cultura, do empreendedorismo. Assim se deve trabalhar, de forma a, amanhã, poder criar desenvolvimento. Mas o tal desenvolvimento com segurança, que não seja o desenvolvimento do oportunismo, como ainda há pouco aqui foi referido pelo Sr. Luís Almeida. Isto é que são políticas ajustadas ao que deve ser a actividade da autarquia.

Não nos substituiremos nunca ao Governo. O Governo tem as suas responsabilidades neste processo. E os quatrocentos e cinquenta mil desempregados que existem no nosso País não estão situados em Oliveira do Hospital. Ainda nesta semana ouvi na SIC Notícias, no programa com o António José Teixeira, o José Miguel Júdice e o António Barreto, debaterem esta questão do desemprego. E o António Barreto dizia que o problema do nosso País é que não há políticas continuadas e que continuamos com aquela ideia bacoca de que podemos cativar hoje um e amanhã outro. Isso só se pode fazer com políticas adequadas e continuadas, para cativação de capital estrangeiro e criação de emprego. Portanto, não sou eu que o digo; são outros que estudam este problema de forma muito mais aprofundada que eu e que têm uma visão sobre a área territorial do nosso País e não só do concelho de Oliveira do Hospital.

Quanto à promoção de seminários, também temos feito alguns que, infelizmente, são para falar quase no deserto. Ainda agora, na Expo Social, estão lá previstas diversas acções a este nível. É uma questão de se ver, depois, quantas pessoas lá estarão. A formação é importante. É de capital importância. Mas é preciso, acima de tudo, uma mudança de mentalidade para que as pessoas estejam disponíveis para participar na formação. Os seminários são importantes, podem originar posicionamentos positivos mas é preciso que as pessoas estejam disponíveis para tal.

Nós criámos o “Concurso Municipal de Ideias de Negócio”, criámos o “Oliveira Finicia”, espero criar brevemente o “ninho empresarial”. Mas há uma coisa que nós não criamos e que são os empresários. Nós podemos “agitar as águas”, “agitar as consciências”, alertar para factores sociais, desenvolvendo. Mas há uma coisa que nós não criamos: empresários. Isso é um valor que nasce de forma intrínseca da própria pessoa. E, ou essa pessoa tem essa capacidade empreendedora, tem essa motivação e se galvaniza nesse sentido ou não é a autarquia que, por mais incentivos que crie, vai gerar empresários. Porque, se assim fosse, Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves e Eng^o Carlos Maia, o Governo, concerteza que, em vez de estar a fazer vias, estava a criar esses incentivos, a aprofundá-los, no sentido de acabar com a taxa de desemprego que temos no País. Porque, se o Governo está a fazê-lo, nós não estamos a ver.

Quanto ao social: é bom que se fale sobre isso porque temos trabalhado nesse domínio de forma profunda. Ainda há dias eu disse que, no próximo Orçamento a submeter a esta Assembleia há-de haver uma rubrica específica para atendimento dos casos sociais agudos, até que o Governo faça aquilo que lhe compete porque esta é uma competência específica do Governo. Sei que alguns não gostam de ouvir falar nisto. Sei que os toca um bocado, que os deixa um bocado nervosos. Mas não se enervem porque não vale a pena. A ideia é para avançar e é para levar por diante, tal como é para levar

por diante o apoio às IPSS no sentido de criar condições, ao nível de instalações, para que possam ter capacidade para absorver mais utentes. Este é um aspecto fundamental, também.

Quanto à questão da Carta Desportiva, quero informar que está a ser elaborada. Já existe um diagnóstico, a projecção da população. Falta definir a estratégia. Já de acordo com este documento, foi feito um polidesportivo em Lourosa, foi feito um em Santa Ovaia e espero, brevemente, vir a lançar concurso para a execução de um polidesportivo na freguesia de Seixo da Beira.

Quanto à questão do parque eólico, tanto quanto sei, a empresa que solicitou a dita certidão de interesse público já está no terreno a abrir caminhos. Não faço ideia de quando vai ser montado o parque mas aquilo que estava no documento que nos foi enviado é que, no final de dois mil e nove, estaria a funcionar. Portanto, as empresas estão interessadas. E, entretanto, já houve contactos de outras empresas que também estão interessadas em saber se há condições de vento para montarem mais elementos. aguardo que me dêem informações sobre isso. Foi-lhes dada “carta branca” para poderem proceder à medição dos ventos para que, se houver condições, se possam instalar.

Quanto ao Centro de Emergência Social de Travanca de Lagos, as obras estão feitas, o mobiliário também já lá está e falta comprar algum material para a cozinha e para os quartos, para poder entrar em funcionamento. A primeira função daquele Centro poderá ser a instalação dos idosos do nosso Lar para poder fazer lá a respectiva intervenção.

Julgo que, de uma forma genérica, respondi a todas as questões que me foram formuladas.”

Seguidamente, o Sr. Eng^o Carlos Maia pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu só queria esclarecer uma coisa, particularmente ao João Abreu: naquela afirmação que foi feita aqui, essa não me tocou. Porque, há uma coisa que eu digo aqui há muito tempo e, nesta matéria de desenvolvimento, não tiro nem um milímetro daquilo que tenho dito. E não é agora, já é há muito tempo. Porque eu aprovei aqui um empréstimo de cinco milhões de euros para vias de comunicação no concelho. Eu aprovei. Ninguém me viu votar contra nem a abster. Por conseguinte, aquilo que foi posto na minha boca, eu, pura e simplesmente, declino.

E, aquilo que eu quero dizer e para que fique esclarecido nas mentes de toda a gente sem excepção, é que, para mim, desenvolvimento não é só isso. Eu só disse que desenvolvimento é uma coisa e há uma particularidade no desenvolvimento, de uma vertente, que o Sr. Presidente é incapaz. E tem mostrado ao longo dos anos a sua incapacidade para fazer aquilo que outros seus colegas, nestes concelhos à volta, conseguem fazer. Portanto, não me venham dizer que os outros é que são capazes. E aqui há uma incapacidade porque a incapacidade está à vista, obviamente. Realmente, se nós não vamos a reuniões a determinado tipo de reuniões... Se calhar também falaram nestas coisas, porventura, onde existem empresários. Onde existem e estarão, se calhar, empresários. Neste tipo de reuniões que são “folclore”, possivelmente essas oportunidades continuam a passar-nos à parte. Claro que sim. E, aí, o Sr. Presidente demitiu-se, efectivamente. E está demitido há muito tempo.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. João Abreu:

“O desenvolvimento tem que ser integrado. Digo-vos muito sinceramente: para haver coesão social e um desenvolvimento sustentado, de qualquer concelho...”

Se calhar, conheces concelhos como eu conheço do Distrito de Viseu, sobretudo os concelhos de São Pedro do Sul, de Vouzela, em que eu me pergunto como é que é possível ainda alguém viver naquelas aldeias. Não é possível. E, felizmente, no nosso concelho não se passa isso. É muito importante a ligação inter-concelhia para o desenvolvimento rural. Então, não é importante a comunicação entre as pessoas? As pessoas não comunicam mais rapidamente se houver uma boa estrada?

Mas, depois, é necessário também desenvolver a outra componente. Mas alguém tem que dar o primeiro passo. E a autarquia dá, como dão outras entidades. Eu até dava aqui um exemplo: neste momento, Meruge está à beira de ter duas turmas do primeiro ciclo, quando, há três ou quatro anos,

queriam fechar a escola. E quero dizer-vos que há pais que trabalham em Oliveira do Hospital e que vão pôr os filhos aos avós, a Meruge, para frequentarem lá a escola. E vivem e trabalham aqui. Isto porque se criaram lá condições, ao nível do ATL, por exemplo. E isto também é fundamental.

Também queria esclarecer que os dinheiros da União Europeia não são do Governo, nem são das instituições que os gerem. São dos nossos impostos, como sabem, de todos os cidadãos europeus. Também quero dizer que não recebemos todo o dinheiro que merecemos porque – e há aqui pessoas na sala que sabem que é assim – um conjunto enorme de candidaturas que fazemos não são aprovadas. E deviam ser. Pelo seu mérito, deviam ser. Nós, como fazemos com a Câmara, também fazemos com essas instituições. Não queremos tudo para nós. É óbvio que a freguesia beneficia com os dinheiros da União Europeia pois há um conjunto de obras que se fizeram em Meruge graças aos fundos do Leader II, do Leader +, do Instituto de Emprego, entre outros. Mas essas instituições também beneficiam ao nível do prestígio e ao nível dos seus objectivos. Porque não é por acaso que, quando é necessário mostrar obra em termos do Leader II, se vem a Meruge filmar o projecto das chouriças, o Museu, a Laje Grande, entre outras. Nós aplicamos bem os dinheiros e, repito, não recebemos todo aquele que merecemos.

Nós temos pena que outras freguesias não façam mais candidaturas, que não apresentem perspectivas de desenvolvimento para as suas localidades, que não aproveitem essa disponibilidade que há por parte dos fundos comunitários. Porque, ao contrário do que muita gente pensa e diz, a Câmara não dá tudo para Meruge. Apoia, na maioria dos casos, projectos e candidaturas que nós fazemos. É óbvio que uma Junta de Freguesia que recebe quatro mil contos por ano não tem disponibilidade financeira para, depois, suportar a parte que lhe cabe no projecto. Tem que se socorrer de quem tem mais, nomeadamente da Câmara Municipal. E a Câmara Municipal não faz mais do que a sua obrigação em apoiar esses projectos.

Foi aprovado o projecto para as compotas. A ADIBER aprovou cinquenta por cento de comparticipação. É obrigação da Câmara Municipal, porque tem que trabalhar para o desenvolvimento sustentado do concelho, apoiar este projecto, se não fôr nos outros cinquenta por cento, pelo menos em quarenta ou quarenta e cinco por cento. Porque nós não temos capacidade para trazer para o concelho mais dinheiro. Esta é uma questão de fundo.

Só contabilizam o dinheiro que a Câmara transfere para Meruge para o apoio a estas obras. Não contabilizam o dinheiro que entrou no concelho por via das nossas candidaturas. Isso não contabilizam. Nem os postos de trabalho que foram criados por via dessas candidaturas. Só no projecto das chouriças estão criados cinco postos de trabalho. E é importante que isto se diga, para não ficarem dúvidas.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
05.MAI.2008	Reunião com Eng.º Garcia Mendes, Director de Serviços de Redes do Mondego, da EDP
08.MAI.2008	Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
16.MAI.2008	Conselho Regional do Centro – CCDR-C
19.MAI.2008	Reunião do PDM (ICN - Rede Natura)
19.MAI.2008	Reunião da ADESA
20.MAI.2008	Inauguração do Lar de Idosos da Cordinha
21.MAI.2008	Reunião Transportes Escolares
29.MAI.2008	Reunião da Assembleia Intermunicipal do Planalto Beirão
04.JUN.2008	Sessão de Abertura do Seminário da CPCJ “Burn Out – A exaustão dos afectos”

04.JUN.2008	Reunião com Águas do Zêzere e Côa
04.JUN.2008	Conselho Municipal de Educação
09.JUN.2008	Reunião com Prof. Miguel Duque, Presidente da Junta de Aldeia das Dez e representantes da Irmandade Nossa Senhora das Preces
11.JUN.2008	Reunião com Presidentes de Câmara de Arganil e Tábua – Candidatura PROVERE “Frentes Ribeirinhas e Parques Verdes Urbanos”
14.JUN.2008	Participação na Mesa do II Simpósio do Psicossoma, do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas
18.JUN.2008	Reunião com Presidentes de Junta do Concelho – Projecto Oliveira <i>On-line</i>
23.JUN.2008	Reunião com Eng.º Garcia Mendes, Director de Serviços de Redes do Mondego, da EDP

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

PROJECTO	PONTO DE SITUAÇÃO
Ruínas Romanas de Bobadela - Anfiteatro Romano, Recuperação e Criação de Condições de Visita	Apresentado pedido de reprogramação financeira à Medida III.9 (Cultura) do Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do III QCA
Remodelação e Ampliação da EB1 / JI de Oliveira do Hospital	Aprovada a candidatura apresentada aos apoios à "Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar" do Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro), no âmbito do QREN

O Sr. Presidente da Câmara fez ainda a seguinte observação:

“Ontem participei em mais uma jornada de “folclore”, em Ansião, para assinar um contrato que podia ser enviado pelo correio relativo à candidatura apresentada aos apoios à "Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar”.

Seguidamente, entrou-se no Ponto II - Designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de Setembro, na sua actual redacção, de um cidadão eleitor para fazer parte da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital (substituição da Sra. Dra. Maria Adelaide Nunes da Silva Freixinho pela Sra. Dra. Maria José Costa e Silva Falcão de Brito).

O Sr. Carlos Rocha tomou a palavra para prestar o seguinte esclarecimento:

“Tal como referi na última Assembleia, estava prevista esta substituição porque a Sra. Dra. Maria Adelaide Freixinho não pode vir às reuniões da Comissão. Indicou, em sua substituição, a Sra. Dra. Maria José Falcão de Brito. Simplesmente, esta questão deve ser votada. Na altura não se levantou esse problema mas os serviços chegaram a essa conclusão, de que a proposta deve ser submetida a votação e por escrutínio secreto.”

Seguidamente, foi a referida proposta submetida à votação, por escrutínio secreto, tendo sido eleita, por maioria, com vinte e nove votos a favor e cinco abstenções, a Sra. Dra. Maria José Costa e Silva Falcão de Brito para fazer parte da composição da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

Depois, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Alteração da designação do projecto “02 002 2008/5012” do Plano Plurianual de Investimentos 2008/2011”, tendo o Sr. Presidente explicado que este ponto se destinava a dar conhecimento à Assembleia Municipal que houve necessidade de se acrescentar “vedação e bancada” à designação “Apoio à execução de um relvado sintético” na rubrica em causa.

Seguidamente, entrou-se no ponto IV – Apresentação do Plano Operacional Municipal e do Plano Operacional Intermunicipal (Defesa da Floresta Contra Incêndios), tendo o Sr. Presidente começado por referir que este assunto seria apresentado pelo Técnico Florestal, Sr. Engº José Carlos Marques. Prestou ainda as seguintes informações:

“Queria também dizer-vos que, em conversa com o Sr. Ministro da Agricultura, ele ficou entusiasmado com este nosso projecto, ao nível da ADESA. Claro que aproveitámos, também, para solicitar algum apoio relativamente à aquisição de máquinas de rastos. Ficou de analisar essa possibilidade. Nós vamos fazer uma apresentação pública deste projecto intermunicipal, que foi feito com os seis concelhos da ADESA, e esta vai ser realizada na Pampilhosa da Serra, por ser o concelho que tem mais problemas nesta área. É um trabalho de conjugação ao nível dos Gabinetes Técnicos e que me parece extremamente importante.”

Seguidamente, o Sr. Engº José Carlos Marques fez a seguinte introdução:

“A apresentação que eu aqui vou fazer vai versar, maioritariamente, o Plano Operacional Municipal. No entanto, como o Sr. Presidente referiu, este ano, o conjunto de municípios associados da ADESA teve um projecto pioneiro ao nível do distrito de Coimbra e creio que até a nível nacional e que foi tentarmos fazer um Plano Operacional Intermunicipal. Isto porque, nesta questão da operacionalidade, faria mais sentido entrarmos aqui com os outros municípios. Isto porque, a nível do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, é um pouco mais complicado conseguir-se a articulação entre todos dos municípios. Foi o primeiro passo para, no futuro, tentarmos almejar algo mais do que o Plano Operacional. Foram feitas várias reuniões entre os Técnicos dos diversos municípios e a ideia foi tentar articular as acções a desenvolver nas zonas limítrofes dos concelhos, pois interligam-se.”

Depois, o Sr. Engº José Carlos Marques procedeu à apresentação de diapositivos que continham a seguinte informação, sendo esta devidamente explicada pelo Técnico Florestal:

1. Enquadramento do Concelho
2. Incêndios Florestais
 - Incêndios florestais - 1980/2006
 - Recorrência de incêndios - 1990/2005
 - Incêndios florestais - 1996/2007
 - Incêndios florestais – 2007
 - Incêndios florestais – 2008
3. Análise do Risco de Incêndio
 - Mapa de perigosidade de incêndio florestal
 - Mapa de prioridades de defesa
4. Rede Natura 2000 e Regime Florestal
5. Organização do Dispositivo de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o Ano 2008
 - Listagem de entidades envolvidas na vigilância
 - Listagem de entidades envolvidas na 1ª intervenção
 - Listagem de entidades envolvidas no combate
 - Listagem de entidades envolvidas no rescaldo e vigilância pós incêndio
 - Dispositivo operacional e esquema de comunicação dos alertas
 - Procedimentos de actuação nos alertas (amarelo, laranja e vermelho)
 - Lista de contactos
 - Meios de apoio ao combate
 - Rede de postos de vigia e bacias de visibilidade
 - Recorrência de incêndios – 1990/2005
 - Alguns trabalhos desenvolvidos e infra-estruturas construídas pela autarquia

Terminada a intervenção do Sr. Engº José Carlos Marques, o Sr. Presidente da Câmara referiu que facultaria os Planos e a apresentação ora feita aos membros da Assembleia que estivessem interessados. Aproveitou ainda a ocasião para dar algumas informações adicionais sobre os trabalhos desenvolvidos no âmbito da defesa da floresta contra incêndios.

Seguidamente, fez a seguinte intervenção:

“É, essencialmente, este o trabalho que temos vindo a desenvolver nesta área. Temos tido uma boa articulação com os Srs. Comandantes dos Bombeiros, bem como ao nível das estruturas distritais.

Também temos tido uma disponibilidade total por parte do Técnico, que está aqui presente. Eu diria que ele é mais um bombeiro, um bombeiro sem farda. Tem feito várias formações nesta área, o que também é extremamente importante. E, nomeadamente para mim, que sou Presidente da Câmara e que tenho a responsabilidade da Protecção Civil, ou para qualquer outra pessoa que amanhã esteja aqui no meu lugar, ter pessoas com esta capacidade – em termos de informação e de disponibilidade para a actuação – é, efectivamente, de capital importância. Quando há um incêndio, ele já sabe que tem que ir para o terreno. No terreno, presta-me informação a mim, juntamente com os Srs. Comandantes, para saber se é preciso mobilizar mais meios para o campo de operações. Isto é extremamente importante.”

Depois, o Sr. João Abreu pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Primeiro quero congratular-me porque, quando há técnicos, trabalham, “metem a mão na massa” e o trabalho aparece. O investimento nos técnicos é altamente rentabilizado.

Por outro lado, também queria congratular-me pelo facto de Meruge não ficar na zona de grande perigosidade. É importante saber que há essa clareza quanto às zonas de maior ou menor perigosidade.

De qualquer maneira, creio que o fundamental nisto é a aposta na prevenção. Esta política está correcta. É evidente que não deve ser só no Município de Oliveira do Hospital mas a aposta deve ser mesmo na prevenção. Pela descrição que foi feita, até poderia dizer que não há, praticamente, nenhum “quadrado” no concelho que não esteja coberto com um esquema de ataque. Eu, muito sinceramente, vou dormir mais descansado depois de ouvir esta descrição. Há aqui um intrincado esquema de intervenção com o qual se torna praticamente impossível que haja grandes incêndios aqui no concelho de Oliveira do Hospital. E isso é bom porque somos um concelho com uma vasta área florestal e com acentuados declives, que são sempre condições favoráveis para a propagação dos incêndios.

Também queria dizer que esta questão da abertura dos caminhos é fundamental mas que, depois, não basta abrir os caminhos. É necessário fazer a sua manutenção. Eu penso que esta rede de caminhos é muito importante porque, se não houver caminhos, os bombeiros não chegam aos locais onde deflagram os incêndios. O que também é muito importante é o funcionamento das motoniveladoras e a existência de operadores, de forma a que estejam operacionais no Verão, quando são mais necessárias para a limpeza dos caminhos. Se, por um lado, os caminhos só precisam do trabalho da motoniveladora de dois em dois anos, por outro lado, o corta-sebes tem que intervir nos caminhos todos os anos. Por isso, creio que o reforço de maquinaria deve ser no âmbito dos corta-sebes. Em anos como este, em que a pluviosidade foi grande, a vegetação cresce muito rapidamente e torna-se matéria-prima excelente para a propagação dos incêndios.

Mas, agora, queria voltar a colocar uma questão a que já me referi na última Assembleia: com todo este esquema, com toda esta capacidade técnica e operacional, para que é que queremos os kit’s que nos mandaram? Porque não é viável a instalação de uma moto-bomba com quinhentos litros no reboque de um tractor. Não há condições de transporte dessa forma. Coloca-se a questão: o que fazer com o kit? Mas eu estou a colocar a questão no sentido de se encontrarem respostas. E, tal como eu já o disse aqui, o Município não se pode alhear das respostas a este problema. É evidente que não foi o

Município que mandou os kit's para as Juntas de Freguesia. Aliás, foram as freguesias que os adquiriam porque lhes foi proposto que os adquirissem, tendo sido financiados. Mas não é compaginável com um tractor. E o que nos dizem é que aquilo fica bem numa viatura 4X4, como têm os bombeiros, e não num atrelado de um tractor. Tem que haver aqui uma definição: ou o Governo subsidia a aquisição de carrinhas 4X4 e a Câmara ajuda também as freguesias que não puderem... Senão, aquilo é uma inutilidade quando podia ser uma mais-valia para a primeira intervenção nas localidades. Se temos estes meios devíamos pô-los ao serviço deste belíssimo esquema de defesa da floresta.

Por fim, queria perguntar como está a situação do projecto AGRIS para a zona norte do concelho.”

Face a esta questão, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu a seguinte informação:

“Neste momento, não há financiamento para estas acções. Não há dinheiro para desenvolver estas acções. Neste momento, não é possível obter financiamento para levarmos a efeito, na zona norte, o trabalho idêntico ao que fizemos na zona sul. Mas a zona norte não tem sido prejudicada por isso. A única diferença que tem havido na zona norte, não é nem na abertura dos caminhos, nem na melhoria dos caminhos, nem na questão dos pontos de água, nem da vigilância. O único problema que tem havido é ao nível da silvicultura preventiva, em que não estamos a fazer o mesmo que foi feito na zona sul, ou seja, a tal faixa de protecção de dez metros nos caminhos. Fazemos com os corta-sebes mas estes não entram nas matas para fazer a limpeza dos dez metros.

Mas há também um elemento novo e importante, que não foi aqui falado e que não sei que tipo de desenvolvimento vai ter. É a questão da criação das ZIF's. As ZIF's também têm essa responsabilidade. Mais ainda: a responsabilidade das ZIF's vai mais além, ao ponto da limpeza dos próprios pinhais dos proprietários. Falta-nos, assim, saber que tipo de desenvolvimento vai ter o projecto das ZIF's porque, se fôr avante conforme está programado, deixamos de ter esse problema porque é a própria ZIF que vai providenciar esse trabalho.”

Seguidamente, o Sr. João Abreu fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente: a zona norte tem sido algo prejudicada porque estavam previstos pontos de água, nomeadamente para a minha freguesia, que não foram concretizados.

Não são só as ZIF's que vão intervir. Também vai ser feito através dos Planos de Ordenamento dos Baldios. O concelho tem muitos baldios e também vai ter que intervir, englobados nesta intervenção.”

Por fim, interveio o Sr. Presidente da Câmara:

“Só queria acrescentar que nós sabemos que, a este nível, nunca nada está controlado. O que nós temos é um sistema bem montado relativamente à questão da prevenção. As sete equipas que temos no terreno não fazem só serviço de vigilância pois têm um kit de primeira intervenção, ou seja, intervêm assim que detectam um incêndio e fazem logo a comunicação para chegarem lá outros meios. Portanto, têm as funções de vigilância e de primeira intervenção.

Relativamente à questão dos kit's que foram postos à disposição das Juntas de Freguesia, o próprio Ministro da Agricultura já reconheceu que só o kit não resolve o problema e que não pode andar atrelado a um tractor. Mas há aqui um outro elemento que me parece importante, para além do kit. Eu disse que esse projecto do kit podia ser um bom projecto para determinadas freguesias e que, para outras, não seria uma vez que não têm pessoal para ter formação para utilizarem o kit. É preciso haver formação. Eu falo pelas nossas freguesias e acho que, neste momento, não temos nenhuma freguesia habilitada para utilizar o kit sem que haja risco para as pessoas que com ele vão trabalhar. Por isso é que o Governo, quando fala em kit's, fala na necessidade de formação específica do pessoal que trabalha com este equipamento. Esta é que é a realidade e nós temos que ter em atenção todos estes aspectos.”

Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital

- Página 24 -

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo uma hora, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____
Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
